



PROGRAMA DE APRENDIZAGEM “CULTIVO DA MACIEIRA – JOVEM APRENDIZ COTISTA” E A REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DA MAÇÃ DE FRAIBURGO SC

Juliana Aparecida Cruz Martins - UFSC¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a partir da concepção de educação elaborada pelo Banco Mundial os programas de aprendizagem. Os processos de educação na sociabilidade capitalista visam em sua maioria à formação técnico-profissional de força de trabalho e os programas de aprendizagem tem se configurado a consentir com este princípio, sendo que na especificidade do município de Fraiburgo SC para atender a produção da maçã. A perspectiva teórico-metodológica adotada para a realização desta análise reflexiva é o da ontologia crítica, baseada no referencial marxista. Para uma melhor compreensão o estudo esta organizado em uma análise relacionando o movimento de exigências internacionais para manter o Brasil no lema “competir e inovar” e as propostas de processos de educação para o país se adequar e cumprir tal objetivo. Posteriormente mediante uma compreensão crítica se buscara realizar uma análise de como os programas de aprendizagem se tornam um elemento que permite em partes “colaborar” para manter o país competitivo e inovando em seu processo produtivo.

Palavras-chave: força de trabalho- programas de aprendizagem – jovem.

1. Introdução

Os processos educacionais no decorrer da reestruturação do processo produtivo capitalista assumem grandes proporções, agências financiadoras como o Banco Mundial, ocupam-se na organização dos processos educacionais em todo o mundo. Essa regulação social volta-se para a fundamentação de profissionalização na lógica da sociabilidade do capital. Sendo que a classe trabalhadora vende a força de trabalho para usufruir somente das condições necessárias de subsistência como também a sua reprodução e nesse processo a educação se configura como um complexo parcial de vital importância.

Os programas de aprendizagem se configuram como um dos processos de educação pelo trabalho, que permite contribuir para a formação técnico-profissional da força de trabalho na lógica do capital. Os programas de aprendizagem que referenciamos nesse estudo tem

¹ Mestre em Educação e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica (GEPOC). E-mail: julianahist@hotmail.com.

como base reguladora a lei 10.097/2000. Sendo o ano 2000, o marco de incentivos para a aplicação da lei de aprendizagem, com o apoio de diversos órgãos público como o Ministério do Trabalho, conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, Serviço Nacional de Aprendizagem, escolas técnicas de educação, organizações do terceiro setor entre outros.

Com o objetivo de reestruturar suas forças produtivas e mediante a lei existente e favorável para a concretização desses programas de aprendizagem, as agroindústrias do município de Fraiburgo SC, produtoras de maçã, configuram o programa de aprendizagem, para atender o processo de produção da maçã e o torna um dos elementos para propagar a profissionalização do jovem. Dentre esta conjuntura, abordaremos como o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” favorece e expressa à reprodução da classe trabalhadora da maçã.

A perspectiva teórico-metodológica adotada para esta análise reflexiva é a da ontologia crítica. Sendo assim, entender como se estrutura o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” é realizar o movimento de compreensão processual do ser social para posterior entendimento das relações sociais estabelecidas que promovem a reprodução da classe trabalhadora da maçã, entendimento este limitado a essa singularidade e sem esgotar a complexidade da reprodução na sua totalidade.

2. BANCO MUNDIAL: BRASIL ENTRE O “CONHECER E INOVAR” PARA A COMPETITIVIDADE

A profissionalização da força de trabalho é uma das estratégias fundamentais da classe capitalista em parceria com o Estado e grandes agências financiadoras, para propagandear a classe trabalhadora como uma oportunidade de ascender socialmente ao tornar sua força de trabalho adequada ao mercado capitalista.

Desta maneira, os processos de educação devem estruturar-se para a formação do “cidadão”, capaz de definir os códigos das tecnologias da informação e comunicação, estes entendidos como elementos básicos da nova ordem mundial (MORAES, 2003).

Segundo Moraes (2003, p.15):

Os países exportadores obrigam-se a buscar alternativas que lhes permitam participar do complexo jogo econômico mundializado e a sobreviver à disputa por vantagens competitivas tornando ainda mais dramática a separação entre os que ganham e os que perdem. Tal estado de coisas tem efeitos extensos e profundos sobre as várias práticas sociais e, de modo particular, sobre a educação.

Países como o Brasil, se utilizam dos processos educacionais como alternativas para manter o país competitivo entre os demais países exportadores. “Os destinos da educação parecem, articular-se diretamente as demandas deste mercado insaciável e aos paradigmas propostos para a sociedade de aprendentes” (MORAES, 2003, p. 152). Muitas políticas públicas voltam-se para tal propósito em tornar o “cidadão” uma força de trabalho útil para manipular tecnologias e disposta a atualizar-se de acordo com as demandas do sistema de produção capitalista.

A formação técnico-profissional da força de trabalho do jovem é um dos elementos em que o sistema capitalista explora como meio de contribuir para a perpetuação deste sistema de produção. Um dos instrumentos, o objeto deste estudo, são os programas de aprendizagem. A aprendizagem no sentido de formação técnico-profissional, conforme as bases da legislação de educação vigente, e implementada por meio de contrato de aprendizagem, contrato de trabalho especial.

A aprendizagem nas condições de produção capitalista remontam os primórdios da Revolução Industrial, se configura de acordo com as necessidades e exigências do processo produtivo. Na contemporaneidade, a aprendizagem, tem se configurado mediante o apoio de uma série de órgãos e instituições como o Banco Mundial, Unesco, Cepal que se mobilizam em favor dos grandes empreendimentos econômicos da classe capitalista para a elaboração de documentos, relatórios, em que salientam a educação como foco central das políticas governamentais. Moraes (2001), afirma que estes órgãos e instituições colocam a educação no centro das prioridades dos governos por dois motivos, de um lado porque a educação é mercadoria regida de acordo com leis de mercado e por outro lado porque é responsável pela qualificação da força de trabalho para atender as necessidades do mercado.

O século XX é marcado pelo aprofundamento comercial, desregulamentação e privatizações que resultam em reformas no sistema educacional. Com a organização das “Metas de Desenvolvimento do Milênio”, no ano de 2000, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o FMI e o Banco Mundial, estes desenvolveram programas e estratégias para promover a consolidação de tais metas, sendo que uma destas metas esta vinculada com a área de educação, e tem como objetivo professor para o século XXI, a sociedade do conhecimento.

De acordo com um dos relatórios do Banco Mundial (2008, p. 161)

Com a transição da economia industrial do século XX para a economia do conhecimento do século XXI, o mercado global recompensa cada vez mais as economias flexíveis, eficientes e que podem se adaptar com rapidez às novas circunstâncias – em uma palavra, as que podem inovar. Os países bem-sucedidos mais recentemente são os que dispõem de mecanismos para expandir o comércio,

produzir conhecimento e utilizar a tecnologia com eficiência. Cada vez mais essas nações participam da cadeia mundial mediante transformações econômicas que visam atividades com maior valor agregado.

Caracterizamos este conhecimento como o que colabora para a formação técnico-profissional da força de trabalho para acompanhar o lema “Inovar e Competir” exigência da economia capitalista, como também o conhecimento que torna os processos de educação em mercadorias. O trabalhador torna-se responsável por sua própria formação e as instituições de ensino em sua maioria privadas e mesmo as públicas recebem ajuda de empresas privadas.

Na perspectiva de tornar o Brasil um país competitivo e diminuir a pobreza, as agências e órgãos internacionais, elaboram um quadro de estratégias para o país com o objetivo de manutenção e formação de “capital humano”². Conforme uma série de pesquisas e estudos relacionados com os processos de educação e o processo de produção são elaborados alguns objetivos que confluem com o interesse de tornar o país competitivo diante do cenário econômico internacional. Estes objetivos enfatizam o investimento na escolaridade dos trabalhadores, considerando ser esta a chave para o crescimento econômico, a interação entre capital físico e “capital humano” é o que permite a competitividade do país.

A presença do Banco Mundial tem se tornado comum, nas reestruturações econômicas, pois promove pesquisas que permitem aos governos, organizar suas economias ao ponto de atender as exigências do mercado mundial, com enfoque ético sob o ponto de vista do capital. A aprendizagem, para a formação técnico-profissional do jovem é configurada para atender este princípio ético do capital, pois propõe a responsabilidade social para com o jovem, filhos e filhas da classe trabalhadora, sendo que lhe oferece trabalho na condição de aprendizagem para possibilitar-lhes um “futuro melhor”.

Nesse contexto, a formação técnico-profissional do jovem se torna central, pois será a futura força de trabalho a ser explorada pelo capital. Sendo que, na sociabilidade capitalista os processos de educação se relacionam diretamente com o processo de produção que resultam na valorização do capital. Em todas as regiões do mundo capitalista a configuração da aprendizagem técnico-profissional tem como um dos objetivos tornar o capital sempre ativo.

2 De acordo com Medeiros (2005), a teoria do capital humano não corresponde apenas a uma concepção de capital humano, existe uma série de proposições identificadas com a teoria do capital humano. Porém, acrescenta que para uma primeira aproximação a noção de capital humano esta relacionado com os atributos individuais que determinam a habilidade ou talento, capacidade física, qualificação decorrente da educação formal ou outra fonte de conhecimento para o desenvolvimento do trabalho produtivo.

Conforme o que se explicita no relatório do Banco Mundial:

O Brasil não pode mais ignorar a economia do conhecimento – e isto não está ocorrendo. Um constante diálogo nacional discute reformas para apoiar o forte desempenho macroeconômico, ampliar a abertura comercial, melhorar a infraestrutura física, fortalecer o sistema judiciário e o ambiente legal e adequar os sistemas educacionais ineficientes e desiguais, que não estão produzindo o tipo de capital humano necessário à competitividade global de hoje. Este relatório enfatiza que o Brasil apresentou, de fato, expressivos avanços; no entanto, a dura realidade é que seus concorrentes também cresceram – só que de modo mais rápido. Assim, a questão não é apenas saber como o país pode atingir um maior progresso, mas como irá recuperar o tempo perdido (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 28).

No entanto, de acordo com Mézàros (2008), em nome das reformas alguns ajustes são admitidos, mas que somente corrigem os detalhes problemáticos e permitem que as estruturas que fundam a sociedade do capital, a contradição trabalho e capital, permaneçam intactas, e continue atrelado ao sistema de produção que prioriza a lógica do capital. Os processos de educação encontram-se de forma contraditória, ao mesmo tempo em que permite ao trabalhador o acesso à formação técnico-profissional, usufruem desta formação para atender os interesses privados da classe capitalista.

Os processos educacionais na sociabilidade capitalista servem para atender o processo de reprodução da classe trabalhadora. Conforme o lema “competir e inovar”, proferidos pela lógica de mercado é que o Brasil configura seus processos educativos para a formação técnico-profissional de sua força de trabalho.

O relatório do Banco Mundial (2008) é enfático ao afirmar que:

É pouco provável que a tecnologia seja adotada e adaptada com eficiência se os trabalhadores não tiverem conhecimento básico de leitura, escrita e aritmética ou, em um nível mais elevado, não dispuserem da capacidade de raciocinar conceitualmente, de pensar fora dos padrões e de aplicar o método científico. Trabalhadores com essas habilidades não são menos essenciais do que os gerentes de nível superior que podem adaptar-se à informatização ou redesenhar de modo criativo uma estratégia de produção. Se as firmas não têm condições de confiar no poder de ajuste de seus funcionários, elas se tornam necessariamente avessas ao risco e optam pelo caminho mais fácil da sobrevivência econômica, ou seja, um maior uso de mão de obra barata e desqualificada (como ocorre no Nordeste do Brasil). Em princípio, a qualificação básica e a avançada são necessárias para que uma empresa maximize as vantagens da inovação adquirida (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 34).

No sentido de ajustar a economia do país, os incentivos das políticas públicas para a formação técnico-profissional de força de trabalho e os diversos ramos econômicos do país configuram os programas de aprendizagem, destinados ao jovem com faixa etária entre 14 e 24 anos. A lei de aprendizagem 10.097/2000 altera a CLT Consolidação das Leis de Trabalho

e afirma que os estabelecimentos de qualquer natureza devem ter de 5% a 15% de aprendizes, tomando como base o quadro de funcionários da empresa. A formação técnico-profissional de força de trabalho por intermédio do programa de aprendizagem acontece em bancos, supermercados, lojas, em fábricas no processo de produção de determinada mercadoria. A aprendizagem é efetuada mediante contrato de trabalho e o órgão responsável em fiscalizar a lei é o MTE – Ministério do Trabalho. A empresa ao contratar o jovem aprendiz supre a exigência da lei e suas cotas. O jovem aprendiz ao realizar a aprendizagem recebe salário mínimo-hora, vale transporte e registro na carteira de trabalho e previdência.

Um dos aspectos centrais do programa de aprendizagem é a educação pelo trabalho. O jovem aprendiz recebe formação técnico-profissional e torna sua força de trabalho útil para determinado processo produtivo, ao mesmo tempo em que aliena sua força de trabalho, pois a vende mediante contrato de trabalho. O trabalho na sociabilidade capitalista torna-se central na vida do trabalhador e a educação um dos elementos que contribui para a permanência dessa centralidade, em que caracteriza trabalho somente como produtor de mercadorias.

Os processos de educação no sistema capitalista, conforme Mészáros (2008) além de fornecer conhecimento e força de trabalho necessária ao processo produtivo expansivo para o capital, também desenvolve os fundamentos que legitimam os interesses da classe capitalista. Continua o autor afirmando que a educação é responsável pelo processo de “internalização” pelos indivíduos de sua condição na hierarquia social, que “devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais a suas aspirações pessoais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Os processos de educação tornam-se prioridades para alavancar o processo de valorização do capital³. A educação escolar mostra-se inapta para concretizar o objetivo de profissionalização de acordo com as necessidades do capital. Sendo assim, a sociedade em suas distintas esferas jurídica, religiosa, educacional, unem-se com o propósito de facilitar a composição do conjunto dos indivíduos que servem de força de trabalho na lógica do capital.

A lei 10.097/2000 com a proposta de aprendizagem pelo trabalho tem sido uma das alternativas de formação técnico-profissional e inserção de força de trabalho jovem no mercado de trabalho. A aprendizagem caracteriza-se como educação profissional de nível básico, apresentando como proposta a formação profissional do jovem ao mesmo tempo em que o forma enquanto “cidadão”.

3 O movimento de valorização do capital faz com que a classe capitalista elabore estratégias que possibilitem a garantia de lucro em seus empreendimentos. O processo de trabalho e de produção como também de valorização são configurado de acordo com este interesse, como são categorias centrais do capital, ele necessita manipulá-las de acordo com o aparecimento de suas contradições a fim de resolvê-las.

Segundo o *Manual de Aprendizagem* (2009, p. 09), a aprendizagem consiste em

[...] formação técnico-profissional de adolescentes e jovens que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração. O empresário, por sua vez, além de cumprir sua função social, contribuirá para a formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado de trabalho e com visão mais ampla da própria sociedade. Mais que uma obrigação legal, portanto, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade.

Mediante a complexificação das relações sociais, o trabalho cria um valor totalmente novo, a forma mercantil de aquisição das mercadorias para subsistência, o valor de troca. Com o desenvolvimento processual das categorias econômicas sob a sociabilidade capitalista, o caráter da educação aliado ao trabalho tem se mostrado negativo ao ser humano, pois está comprometida diretamente à exploração desmedida de sua força de trabalho, e se torna uma reprodução social meramente econômica.

O programa de aprendizagem possibilita que o aprender seja integrado a distintos processos educativos, ao trabalho, ciência e tecnologia com a finalidade de tornar o jovem útil ao processo produtivo.

Afirma a *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p.07) que

Também é necessário ultrapassar os limites da simples profissionalização e olhar mais adiante. A Lei de Aprendizagem não pode ser vista como um primeiro emprego, mas sim como um processo de Educação pelo Trabalho, que no futuro possa colaborar de maneira concreta para a entrada do jovem no mercado.

Como já exposto neste estudo os programas de aprendizagem são instituídos conforme a necessidade do país para se enquadrar no lema “competir e inovar”, sendo assim o Banco Mundial por meio de suas pesquisas referente aos processos de educação no país, tem o receituário perfeito de como a educação deve ser gerida e o jovem torna-se um dos alvos desta proposta. De acordo com um dos relatórios analisados:

Os trabalhadores produtivos representam o “elo perdido” - e não apenas os cientistas altamente treinados que podem ser chamados para inventar algo novo, mas também os trabalhadores do chão de fábrica, que têm a possibilidade de fazer um produto inovador. Por esta razão, a nação brasileira será convocada a “inovar” no modo como educa os 45 milhões de jovens inscritos em seu sistema de ensino (Banco Mundial, 2008, p. 93).

O governo brasileiro apresentou como prioridade a regulamentação de todo o tipo de formação técnico-profissional, e os programas de aprendizagem uma destas modalidades. O

Ministério do Trabalho (MET) regulariza as instituições que podem realizar o programa de aprendizagem que são: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAD); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), como também as Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A formação técnico-profissional do jovem aprendiz acontece por meio da aprendizagem com conteúdos compatíveis com a atividade de trabalho que os serviços e indústrias têm a oferecer ao aprendiz, como também aqueles que contribuem para a formação do trabalhador com as características necessárias para atender as exigências do modelo de sociedade competitiva. O local da aprendizagem é diversificado, ora nas instituições credenciadas ao MET, ora o próprio ambiente de trabalho, com articulações ao ensino escolar.

De acordo com a *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p. 08)

As organizações e as empresas, num programa de aprendizagem, têm responsabilidades perante o desenvolvimento dos jovens. Eles devem compactuar com valores e crenças do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também com os princípios de Educação pelo Trabalho. O ECA prega que para o exercício da cidadania e para a inclusão sócio-cultural dos adolescentes é preciso que se considere seus direitos e deveres. Essa inclusão contribui para o desenvolvimento integral do adolescente, respeitando as particularidades dessa faixa etária.

No ano de 2005 fundamentou-se e sustentou-se o processo de exploração das vagas no mercado formal de trabalho disponível para a juventude. O Plano Nacional para a juventude efetiva-se com o objetivo de tornar a aprendizagem política pública, monitorada por ação estatal. No ano de 2008 foi realizada a I Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional em que se propagava a contratação de 800.000 aprendizes até 2010, com o apoio de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, porém o que se verifica atualmente de acordo com o MET em março de 2011 é o número de 347.619 aprendizes admitidos. Com a intenção de manter sempre atualizada a política da aprendizagem de acordo com as exigências do mercado de trabalho, estruturou-se o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional.

Como enfatiza um dos estudos realizados pelo Banco Mundial, não basta somente à expansão da educação básica e avançada para a população, esta deve ser complementada por programas que incentivem o investimento das indústrias privadas por meio da inovação para manter o país em um ambiente estável e propício aos negócios (Banco Mundial, 2008). Os empreendimentos capitalistas voltam-se para a produção de determinada mercadoria, aquela

que melhor garanta a valorização do capital.

Os programas de aprendizagem são elaborados de acordo com a atividade econômica de determinada região. No município de Fraiburgo SC, conforme seu desenvolvimento processual, a maçã constitui-se como a mercadoria principal para a extração de mais valor. A classe trabalhadora configura-se na formação técnico-profissional de sua força de trabalho para esta determinada produção e o trabalhador ajusta-se a este processo produtivo.

Sendo assim, o programa “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” se constitui um dos processos de educação pelo trabalho que se torna uma das alternativas elaborada pelo processo produtivo da maçã de profissionalização da força de trabalho, para a juventude que vive no município de Fraiburgo SC. Desta forma, é que estaremos apresentando e analisando o documento que fundamenta este programa de aprendizagem, que é configurado exclusivamente para a aprendizagem no processo de produção da maçã.

2.1 Programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista (2009/2010): processo de educação para o trabalho

O programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” é elaborado e executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de SC – SENAR⁴. Sendo que o contrato de aprendizagem tem duração de 2 anos, e o jovem aprendiz trabalha 3 vezes por semana, durante 4 horas diárias. As atividades teóricas são desenvolvidas no espaço do Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo e a prática profissional nas agroindústrias produtoras da maçã, que correspondem em atividades desde as mudas da macieira até a expedição, que possibilita ao jovem aprendiz profissionalização e possível permanência em tal processo produtivo.

De acordo com entrevista⁵ concedida em fevereiro de 2010 para a FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina – um dos representantes do Senar/SC expõe algumas das perspectivas do programa de aprendizagem da

4 O SENAR é uma instituição vinculada à Confederação Nacional da Agricultura – CNA, em nível nacional, e às federações de Agricultura, em nível estadual. No Estado de Santa Catarina, o SENAR está vinculado à FAESC, administrado por um Conselho formado por representantes da própria FAESC, OCESC, AGROINDÚSTRIA, SENAR – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL e FETAESC. A missão do SENAR é desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o “homem rural”, contribuindo para sua qualificação, integração na sociedade, qualidade de vida e cidadania. É organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de Formação Profissional Rural – FPR e a Promoção Social – PS do produtor e trabalhador rural e sua família. Disponível em www.senar.com.br acessado em 20 de janeiro de 2011.

5 Disponível em www.fecoagro.coop.br acessado em 27 de abril de 2010.

Macieira:

O superintendente do Senar/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, salienta que o programa tem por objetivo a realização de formação profissional rural na produção de maçã, capacitando os aprendizes para o ingresso no mercado de trabalho, dentro dos princípios da proteção integral ao adolescente. “Estes jovens recebem formação em condições especiais, sem prejudicar a escolaridade formal. As atividades são controladas, em ambiente protegido, de acordo com a legislação vigente”, complementa. O Senar/SC, coordenador do Programa, entende que esta prática profissional não é compreendida apenas como uma atividade que visa à produção no trabalho, mas sim como uma importante etapa no processo de aprendizagem. Os jovens atendidos têm os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos através de contrato de aprendizagem com as empresas de maçã, recebendo remuneração mensal, durante a realização do curso, sendo que aqueles que obtiverem um bom aproveitamento poderão ser contratados como funcionários das empresas, após a conclusão do curso de aprendizagem. O Programa partiu de demanda específica das empresas que tem que cumprir uma determinação legal estabelecida pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. A lei estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos na forma de aprendizagem. Portanto para cumprir a lei, bem como para atender as demandas em outras empresas do meio rural, esse programa tende a ser ampliado.

Conforme o projeto do programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” (2009/2010, p. 02), o principal objetivo da aprendizagem consiste na

[...] realização de curso de aprendizagem, com 90 vagas, visando promover a formação técnico-profissional metódica no cultivo da macieira, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico de jovens com idade a partir de 14 anos completos até 24 anos incompletos, preferencialmente de baixa renda, capacitando-os para o ingresso no mercado de trabalho, em condições especiais, sem prejuízo da escolaridade formal, através de atividades controladas, em ambiente protegido, de acordo com a legislação vigente.

A partir deste objetivo retomamos e explicitamos a interlocução entre as propostas do Banco Mundial de educação para a classe trabalhadora e as configurações regionais para suprir as exigências internacionais em tornar o país apto em “Competir e Inovar” diante dos demais países. A sociabilidade em sua totalidade necessita inovar-se de acordo com a lógica do Mercado Mundial para a reprodução da classe capitalista mundial, como também prepara a força de trabalho que permite que aconteça esta reprodução social.

O Senar enquanto instituição responsável pelo programa de aprendizagem permite que o meio rural mediante a aprendizagem da força de trabalho do jovem torne o país competitivo diante do mercado mundial. A metodologia de ensino do Senar é o “aprender a fazer fazendo”, elabora a aprendizagem para as famílias que vivem em regiões agrícolas, tanto para os pequenos agricultores como para as agroindústrias. Para compreender o caráter dessa instituição, basta analisar o texto que apresenta suas atribuições e objetivos para o ensino e a

aprendizagem oferecida aos sujeitos envolvidos no processo produtivo no meio rural:

Organizar, administrar e executar o ensino da Formação Profissional Rural e a Promoção Social dos produtores e trabalhadores rurais e seus familiares. Orientar a implantação e implementação de ações de FPR e de atividade de PS assegurando plenas condições de obtenção dos objetivos e metas propostas. Proporcionar ao público alvo, geração de renda e condições de competitividade no mercado de trabalho. Oferecer, através da qualificação e requalificação profissionais, condições ao “Homem Rural” de permanecer no seu habitat produzindo com eficiência e com lucratividade. Promover o intercâmbio cultural, sócio e econômico, através da convivência harmônica, troca de experiências e de conhecimentos técnicos. Propiciar ao público rural os meios para o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais, proporcionando-lhe qualidade de vida e participação na comunidade⁶.

No programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” é perceptível estes objetivos e atributos. O conhecimento que lhe estrutura é diretamente vinculado com o processo produtivo da maçã, os conteúdos da grade curricular que organiza a aprendizagem estão distribuídos em três núcleos: núcleo básico, o núcleo específico e a prática profissional.

No núcleo básico os conteúdos abrangem assuntos gerais, relações humanas, relações de trabalho, cidadania, segurança, saúde e higiene e informática básica. Já no núcleo específico os conteúdos estão direcionados ao processo de produção da maçã que segue da fertilidade do solo e nutrição da macieira, porta-enxerto e produção de mudas, poda de frutificação, certificação de qualidade, manejo do solo, sistema de plantio e implantação de pomar, fítossanidade, raleio até a colheita, armazenamento e comercialização. A prática profissional acontece mediante o tempo de trabalho que o jovem aprendiz vende sua força de trabalho mediante contrato de trabalho para a agroindústria em condição de aprendiz.

A grade curricular que direciona o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” propõe um conhecimento amplo em que traz muitos temas direcionados à organicidade do ser trabalhador, como se relacionar com seus companheiros, a organização do processo de trabalho, a disciplina, as responsabilidades em ser jovem trabalhador, seus direitos e deveres, etc. Entretanto, a sociedade regula e dirige desta maneira as atividades sociais e pessoais de seus membros com os mais diversos meios e tendências de importância social, que fundamentam as decisões entre as alternativas, cada vez mais voltadas a atender decisões ideológicas que produzem profundas deformações nas concepções de ser humano (LUKÁCS, 2010).

O estudo de conteúdos como direitos humanos, exercício de cidadania, preservação

6 Disponível em www.senar.com.br acessado em 20 de janeiro de 2011.

do meio ambiente, saúde, sexualidade, prevenção do uso de drogas, etc., poderiam tornar a apropriação da realidade concreta do indivíduo favorável a si próprio. E assim, as possibilidades criadas poderiam auxiliar o jovem aprendiz na tomada de decisões coerentes para si e consecutivamente para a sociedade.

No decorrer do desenvolvimento histórico da humanidade em que resulta na divisão da sociedade em classe, o conhecimento torna-se cada vez mais superficial e fragmentado, não permitindo ao ser humano um entendimento de totalidade social. Os conceitos de cidadania, direitos humanos, diversidade, gênero, etc., tornam-se instrumentos de grupos individuais de singularidades específicas da classe capitalista. Por meio dos processos de educação se regula ideologicamente como a classe trabalhadora deve compreender a sociedade, como construir e dar sentidos aos significados da sociedade.

Afirma a *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p.08), com relação à interlocução entre trabalho e educação que

É importante que a Educação pelo Trabalho seja um dos pilares do programa desenvolvido pelas empresas em conjunto com as organizações, uma vez que valoriza a questão do aprendizado. Ou seja, a formação teórica tem um valor especial durante o processo educativo, já que é privilegiada em relação à prática.

A aprendizagem para as agroindústrias produtoras de maçã por um lado reforça o quadro de força de trabalho no processo de produção de maçã, por outro lado possibilita a formação técnico-profissional do jovem para exercer atividades de técnico-agrícola. Portanto, teoria e prática se relacionam conforme a configuração agroindustrial estuda-se teoricamente as fases do desenvolvimento da macieira, do cultivo a colheita, do armazenamento até a expedição e consecutivamente o jovem aprendiz concretiza estas atividades no processo produtivo da agroindústria, o “aprender a fazer fazendo”.

Para se inserir enquanto força de trabalho neste processo produtivo, não há a necessidade de muita formação técnico-profissional as mudanças no setor produtivo somente necessitam de poucos técnicos que possam compreender como aplicar insumos agrícolas, ou operar certas máquinas. O jovem aprendiz torna-se uma dessas forças de trabalho com a possibilidade de adquirir a formação técnico-profissional para desempenhar as atividades voltadas em todo o processo produtivo da maçã, desde o plantio até a expedição, torna-se força de trabalho útil para tal produção, como também nos termos de Marx, um “exército de reserva” para a permanência e sustentação desse processo produtivo.

Para o ser humano não há simplesmente possibilidades determinadas, a vida é

constituída como ser processual, desta forma conforme os caminhos desenvolvidos por sua própria sociedade pode fazer valer suas possibilidades reprimidas, reprimi-las ou modificá-las. Não é um processo pessoal, porém social direcionando esse desenvolvimento na direção socialmente desejada. Existem modos diversos que conduzem tais tendências, sendo a educação uma destas tendências.

Afirma Lukács (2010, p. 224) “de fato toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação”.

A vida singular do trabalhador é configurada para atender a lógica de mercado em sua totalidade social, a valorização do capital. Cria-se a falsa crença que todos têm as mesmas chances e oportunidades, contudo o conhecimento do mundo por meio da educação pelo trabalho se resume na compreensão do mundo das mercadorias, aquela que melhor satisfaz os desejos criados pelo próprio capital. Em consequência, o ser humano encontra-se diante de um conhecimento de caráter fragmentário implicado pelo próprio meio de produção, que elimina de suas ações a solidariedade e a ação coletiva.

Assim, as circunstâncias nas quais se encontra o jovem aprendiz é aquela configurada pelo capital, caracterizada pelo trabalho assalariado, o valor, o dinheiro, o preço, o trabalho abstrato, a competitividade, o consumismo, etc. Estes são alguns conceitos que permeiam a vida do jovem e que regulam e propiciam a formulação de suas decisões entre as alternativas diante da complexidade da sociedade em que estão inseridos. De acordo com Marx (1999, p.45): “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” intensifica o processo de reprodução da classe trabalhadora da macieira. Percebe-se que as relações sociais cada vez mais se tornam relações econômicas, as estratégias contemporâneas para a ampliação das forças produtivas, afetam a vida do trabalhador em sua totalidade. Explicitamos neste estudo a especificidade do programa de aprendizagem na produção da maçã, no entanto, temos que considerar que este processo intensivo de perpetuação do sistema capitalista prolifera-se por todo o mundo. No sentido que a formação técnico-profissional é uma exigência do mercado mundial e serve para atender o processo produtivo de determinada região, os programas de aprendizagem caracterizam-se como um desses elementos.

Considerando que a sociedade se caracteriza em duas classes antagônicas a capitalista e a trabalhadora é necessária à compreensão de que por mais profundas que sejam as mudanças provocadas pelo próprio capital, ela tem o objetivo de expansão e permanência da classe capitalista, que detêm a propriedade privada. Mesmo que seja disseminada pelos diversos órgãos constituídos a proliferação do conhecimento para a classe trabalhadora, enquanto a propriedade privada ser o fundamento de tal sociedade, as transformações não afetam a todos e sempre provocam desigualdades sociais e os avanços tecnológicos são apropriados e utilizados a favor de uma única classe, a capitalista.

O capital como totalidade reguladora é incorrigível, estruturalmente é incontestável, acreditar que as reformas do capital no âmbito educacional são possíveis é abandonar a ideia de que é possível uma transformação social qualitativa (MÉSZÁROS, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. *Conhecimento e inovação para a competitividade / Banco Mundial*. Tradução, Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2008.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Introdução. IN: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORAES, M.C.M. *Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação*. Revista Portuguesa de Educação, Lisboa, v. 14, n° 1, p. 7-25, 2001.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Proposições acerca da produção de conhecimento e políticas de formação docente*. In: Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- MEDEIROS, J. L. A crítica de pressupostos como pressuposto da crítica: em defesa da “crítica ontológica. IN: MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico. Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. (Tese de doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2005.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). *Manual da Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz*. 7. ed. rev. e ampliada. Brasília: Assessoria de Comunicação do Mte, 2011. 84 p. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31190C1601311F8633B62F14/manual-aprendizagem-MTE-web2.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

NOTÍCIA NA INTEGRA. *Sobre programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”* www.fecoagro.coop.br acessado em 27 de abril 2010.

ROSENFELD, Marina. *Cartilha para ONGs: Como Elaborar um Programa de Aprendizagem a partir da Lei 10.097*. Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA - “Pe. Bello”) e Banco JPMorgan, 2005. Disponível em www.conexaoaprendiz.org.br. Acessado em 24 de março de 2010.

SENAR SANTA CATARINA. *Programa de aprendizagem Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista*. Fraiburgo – SC – 2009 / 2010.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. www.senar.com.br acessado em 24 de março de 2010.